

Sumário

Apresentação	7
--------------------	---

DOCTRINA

Os impactos da exclusão do ICMS da base de cálculo dos créditos de PIS/COFINS à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do desenvolvimento econômico

Rennan Thamay, Mariana Barboza Baeta Neves Matsushita, Caio Leonardo Corralo Tornincasa.....	11
Introdução	12
1 A construção jurisprudencial acerca da definição e alcance dos termos utilizados pela CF/88 para mensurar a base impositiva do PIS/COFINS	13
2 Razões de decidir construídas pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 574.706	18
3 A sistemática da não-cumulatividade do PIS/COFINS	23
4 A inconstitucionalidade e ilegalidade da exclusão do ICMS da base de cálculo do crédito de PIS/COFINS.....	26
4.1 Contexto normativo e jurisprudencial.....	26
4.2 A inconstitucionalidade da exclusão do ICMS da base de cálculo do crédito de PIS/COFINS	27
4.3 A MP nº 1.159/2023 e o desenvolvimento econômico.....	30
Considerações finais	33
Referências	34

Compliance no setor público: uma retrospectiva da fundamentação legal dos mecanismos de controle, aplicados ao Estado de Minas Gerais

Laise Reis Silva Guedes, Vítor Faria de Moraes, Zaira Garcia de Oliveira	37
1 Introdução	37
2 Conceituação.....	39
2.1 O <i>compliance</i> no mundo	41
2.2 O <i>compliance</i> no Brasil	43
2.3 O <i>compliance</i> no Estado de Minas Gerais	47
2.3.1 A Controladoria-Geral do Estado	49
2.4 A transparência e a publicização.....	52
3 Discussão	54
4 Consideração final.....	55
Referências	55

O *slogan* e a sua proteção jurídica no universo da concorrência

Almir Garcia Fernandes	59
Introdução	59
1 Aspectos gerais sobre o <i>slogan</i> ou sinal de propaganda.....	61
2 A publicidade e os sinais de propaganda na <i>internet</i>	66
3 Violação dos sinais de propaganda e concorrência desleal	70
Conclusão	74
Referências	76

O acordo de leniência e a responsabilidade da pessoa jurídica na Lei Anticorrupção

Simone Menezes Gantois, Leonardo da Silva Sant'Anna	79
1 Introdução	80
2 A Lei Anticorrupção.....	82
2.1 A punição da pessoa jurídica na Lei Anticorrupção	84
3 O acordo de leniência da pessoa jurídica na Lei Anticorrupção	88
3.1 A celebração do acordo de leniência por pessoa jurídica e seus efeitos.....	90
4 Conclusão	97
Referências	98

A importância do investimento de *venture capital* para *startups* e a liberdade contratual no ecossistema empreendedor

Eduardo Oliveira Agostinho, Gregório Portugal de Oliveira Furquim	101
1 Introdução	102
2 <i>Startups</i> , instrumentos de investimento e alinhamento de interesses entre investidores e sociedades investidas	103
3 O investimento de risco em <i>startups</i> no Brasil (<i>venture capital</i>) e os mecanismos contratuais de proteção desenvolvidos pelo ecossistema do empreendedorismo inovador	106
3.1 Matérias sujeitas a anuência prévia pelos investidores	107
4 Liberdade contratual entre os agentes no investimento de <i>venture capital</i>	108
4.1 Legalidade do direito de veto de terceiros investidores	109
5 Conclusões	110
Referências	111

Registro empresarial: política de desenvolvimento econômico e adaptação institucional

Marcia Carla Pereira Ribeiro, João Paulo Atilio Godri	115
1 Introdução	116
2 A ordem econômica e social e a atividade empresarial.....	116
3 O Estado regulador como condição ao desenvolvimento econômico: por uma regulação eficiente	122
4 O registro empresarial como política de desenvolvimento econômico: adaptação institucional.....	125
5 Conclusão	129
Referências	130

Os impactos da Lei Geral de Proteção de Dados nas relações empresariais

João Otávio Alves Terra, Lucas Tadeu Prado Rodrigues	133
1 Introdução	133
2 Aspectos gerais da LGPD.....	134
3 Os impactos nas relações empresariais.....	136
4 Os impactos nas negociações de participação societária.....	142
5 Considerações finais	143
Referências	144

As *startups* na era da proteção de dados

Rodrigo Almeida Magalhães, Érica da Paz Ribeiro	147
1 Introdução	147
2 Surgimento das legislações sobre a proteção de dados	148

3	Avanço da tecnologia, privacidade e proteção de dados.....	149
4	Como surgiram as <i>startups</i>	151
4.1	Proteção de dados e <i>startups</i>	153
5	Impacto da proteção de dados nas <i>startups</i>	153
5.1	Diferencial competitivo e investimentos	156
5.2	Reputação da <i>startup</i>	157
6	Conclusão	157
	Referências	159

Aproveitamento da infraestrutura de um polo gastronômico para a implementação de uma Indicação Geográfica

Felipe Ferreira Simões dos Santos, Fernando Cavalcante Pinheiro,		
Leonardo da Silva Sant'Anna		161
1	Introdução	162
2	Metodologia.....	163
3	Revisão teórica	163
3.1	Indicação Geográfica	163
3.2	O polo Novo Rio Antigo	166
3.3	O bairro da Lapa/Rio de Janeiro	168
4	Resultados e discussão	172
4.1	Indicação de procedência e denominação de origem	172
4.2	Análise dos requisitos para pedido de Indicação Geográfica	173
5	Considerações finais	174
	Referências	176

Inaplicabilidade da clássica doutrina de serviços públicos à disciplina do transporte aéreo de passageiros mesmo com o enquadramento da atividade como serviço essencial

Alice Rocha da Silva, Fernando Barbosa Bastos Costa		179
1	Introdução	180
2	Tratamento constitucional impreciso a respeito da natureza jurídica dos serviços aéreos	181
3	Tratamento doutrinário errante e posicionamentos inconclusivos das nossas cortes.....	182
4	Olhar dos clássicos doutrinadores franceses para a discussão.....	185
4.1	Serviços aéreos sob o olhar da doutrina de Léon Duguit.....	185
4.2	Serviços aéreos sob o olhar da doutrina de Gaston Jèze	189
4.3	Serviços aéreos sob o olhar da doutrina de André Hauriou	193
5	Uma visão mais moderna dos serviços aéreos e a saída regulatória mais coerente com a eficiência buscada para o setor	194
6	Conclusão	198
	Referências	200

Normas Técnicas

203

Normas Técnicas

207

Technical Standards

211